



## **RELATÓRIO N° , DE 2007**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem  
nº 135, de 2007 (Mensagem nº 626, de 22/8/2007,  
na origem), do Senhor Presidente da República,  
que Submete à apreciação do Senado Federal a  
indicação da Senhora LEDA LUCIA MARTINS  
CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da  
Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do  
Ministério das Relações Exteriores, para exercer o  
cargo de Embaixadora do Brasil junto à República  
Tcheca.

**RELATOR: Senador JARBAS VASCONCELOS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora **LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascida em Porto Alegre, no dia 5 de março de 1946, filha de Ernani Saldanha de Camargo e Leda Adelina Martins Camargo, a diplomata Leda Lucia Martins Camargo graduou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1969, e participou dos cursos de Direito Internacional Público e Privado da Academia de Direito

Internacional da Haia, em 1970. Foi professora assistente de direito constitucional na Faculdade de Economia e Administração de Empresas de Porto Alegre, em 1971. Concluiu, ainda, pós-graduação no curso de *Diplôme d'Etudes Supérieures de Droit Publique* na Universidade de Paris, em 1972, o curso Política Internacional e América Latina, no Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos da Universidade de Paris, em 1972, e o Curso Sociologia do Poder Político e Idéias Políticas Contemporâneas, no *Institut des Sciences Politiques*, em Paris, em 1973.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceira Secretária, em 1977. Ascendeu a Conselheira, em 1990, a Ministra de Segunda Classe, em 1997, e a Ministra de Primeira Classe, em 2004.

Na Chancelaria, exerceu diversas funções, entre as quais assinalem-se as de Sub-Chefe da Divisão Econômica Latino-Americana, em 1987; Chefe da Cooperação Intelectual, em 1989; e Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, em 1997.

No exterior, desempenhou entre outros os cargos de Conselheira na Embaixada em Roma, em 1991; Conselheira no Consulado-Geral em Santiago, em 1995; Ministra-Conselheira na Missão Junto a União Européia, em 2000; e Embaixadora em Maputo, de 2004 até o presente.

Integrou e chefiou, ainda, importantes missões temporárias representando o Governo brasileiro em conferências internacionais e reuniões de organismos permanentes.

A diplomata indicada recebeu distinguidas condecorações dos governos da Argentina (*Ordem de Mayo al Mérito, Oficial*), da Itália (Ordem ao Mérito da República Italiana, Comendador) e do Brasil (Ordem ao Mérito das Forças Armadas do Brasil, Comendador; e Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz).

Quanto à República Tcheca, importa registrar neste relatório algumas informações básicas sobre aspectos de seu relacionamento bilateral com o Brasil, trazidas no informe ministerial que acompanha a Mensagem.

O Brasil mantém relações diplomáticas ininterruptas com o Estado tchecoslovaco desde sua criação, em 1918. Com o fim do regime

comunista em 1989, a agenda bilateral adensou-se ainda mais, com a intensificação de visitas recíprocas de altos dignitários dos dois países. Nesses últimos anos tem-se observado uma fértil cooperação na troca de apoio entre os dois países nos foros multilaterais. Tal se deve, por um lado, ao processo de consolidação democrática da República Tcheca e à sua política de aproximação com o Ocidente. Ambos os países têm compromisso com os princípios que hoje norteiam as relações internacionais e, nesse sentido, têm amplo campo para cooperação e convergência em seus objetivos políticos e econômicos.

Pode-se citar, como exemplo dessa cooperação, o recente apoio dado pelo Brasil à candidatura da República Tcheca a assento não permanente do Conselho de Segurança da Nações Unidas, biênio 2008-2009, e o co-patrocínio da República Tcheca ao projeto do G-4 para reforma do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil ocupa o primeiro lugar entre os parceiros comerciais da República Tcheca na América Latina (38% do total das exportações tchecas para a Região). Apesar disso, o intercâmbio comercial ainda se encontra aquém das potencialidades, além de registrar seguidamente saldos negativos para o Brasil. Em 2006, as exportações brasileiras para a República Tcheca totalizaram US\$ 49 milhões e as importações, US\$ 237,5 milhões, resultando um déficit de US\$ 188,5 milhões.

A pauta de exportações tcheca para o Brasil consiste basicamente de motores, automóveis, microscópios, peças automotivas e máquinas diversas. As exportações brasileiras estão atualmente concentradas em peças automotivas, fumo, motocompressores, minério de ferro e calçados, com sinalização para maior interesse tcheco por produtos de maior valor agregado, como máquinas agrícolas, eletrodomésticos e materiais elétricos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 27 de setembro de 2007.

, Presidente

, Relator